

O QUE DIZEM OS FACTOS

É proverbial a indiferença, ou antes, o desprezo que as autoridades da República manifestam pelas leis que consignam regalias que em geral não aproveitam aos trunfos políticos ou potentados da finança, da indústria ou da lavoura.

Uma das razões da existência do actual regime político, talvez a que mais apaixonou o espírito público, predispondo-o a aceitar com alvoroço a República, filia-se nas promessas feitas pelos seus propagandistas de que, uma vez substituídas as anteriores instituições políticas pela actual, não só a legislação republicana teria o carácter progressivo próprio da época, mas também as garantias como as sanções dessa legislação seriam igualmente observadas, sem que se distinguísse como até então, entre ricos e pobres, visto que a lei seria igual para todos.

Fez-se a revolução republicana, na qual o povo tomou o principal papel, conforme tem sido reconhecido a confissão pelas figuras marcantes da República, e passada a perturbação própria do momento, os governantes, especialmente o que sobrava a pasta da justiça, tiveram um trabalho insano na manufatura e na modificação dos códigos legados pela monarquia, peijando durante dias e meses consecutivos as colunas do *Diário do Governo* de decretos que o *provisório* despendia continuamente sobre a imprensa Nacional, decretos feitos em geral com tanta reflexão que logo a seguir eram emendados e corrigidos por outros.

Entre a enxurrada de justiça é dizer-se que alguns diplomas, poucos, aliás, apareceram com tendências relativamente modernas, mas o articulado era em regra tam inconsequente que quando não anulava o espírito do legislador, o interpretava no pior sentido.

Começou, porém, desde logo a manifestar-se, por parte de alguns ministros, uma propensão regressiva, tendo nós o mais cabal exemplo dessa tendência no decreto que regula o exercício do direito de greve, da autoria do sr. Brito Camacho, ou melhor, do conhecido político reaccionário espanhol sr. Lacierva, uma vez que aquele quasi se limitou a reproduzir a lei que o último elaborara para a monarquia espanhola, conforme se verifica confrontando os dois diplomas.

Quanto ao respeito pelas garantias consignadas nas leis que aos cidadãos são impostas, é isto um dos capítulos que mais desagrada a República, porque diariamente se verifica que, em matéria de deveres, são os governos e as autoridades militares e civis implacáveis sempre que o pequeno ou não observa rigorosamente, do mesmo passo que para com os poderosos há complacências vergonhosas, como o atestam centenas de factos, um dos quais, por ser recente, se recorda: o que teve como protagonista o industrial Alfredo da Silva, que apesar de ter recusado, de pistola em punho, a acatar uma disposição legal, não só não foi mais incomodado, mas antes, livremente foi conferenciado ao seu ministério com o chefe do governo, o qual a seguir justificava, numa reunião pública, o procedimento irregular daquele industrial.

Em relação a direitos, observa-se por parte das mesmas entidades, um espírito de parcialidade de que de dia para dia se afirma mais descabado com a prática de injustiças flagrantes, que atingem, como é óbvio, os pequenos, para com os quais não há a menor preocupação em respeitar as escassas garantias que as leis, inclusive a constituição política da República, consignam, sendo intencionalmente desprezadas as poucas regalias que as mesmas leis prescrevem não em relação a alguns, mas a todos os cidadãos.

Os exemplos são às centenas, sendo como que uma função permanente deste jornal a exposição dos atropelos levados a efeito pe-

NOTAS & COMENTARIOS

Em Espanha

Há semanas se produziu em Madrid uma cena de sangue, dela resultando a morte dum homem. Esse homem chamava-se D. J. e era presidente do governo. A polícia espanhola, que é numerosa e diligente, procura os culpados. Culpados de quê? Da profunda agitação social que abala o país vizinho? Nesse caso a investigação é fácil. Um dos culpados morreu já. Era o próprio D. J. A sua obra de sangue e violência deu fim. As balas fazem as vezes do chicote. Os outros culpados, para deixar-lhes a mão escusa a polícia de percorrer as aldeias e os campos. Eles estão na corte de Alfonso XIII, nas embaixadas, nos palácios, nas casas de campo, nas aldeias, nas aldeias. Eles são os culpados. Maniethe-lhes a polícia as fúrias, e uma outra atmosfera, mais pacífica, se estabelecerá em terras de Espanha.

Prá estrada!

O correspondente do *colosso* na Colúmbia escreve para o seu jornal:

A reparação do *Stulo* também aqui causou a melhor das impressões no público que, sem o grande jornal, estava privado da sua informação de que é o mais importante veículo. As nossas saudações.

Confusão

Um polícia da 4.ª esquadra, o 681, andava de serviço no Poço do Borratim, vestido como gente, quer dizer, em traje civil. Lá andava a ganhar a sua vida uma rapariguita de 16 anos. Tem o nome vulgar de Maria dos Prazeres e vendia peixe na ocasião. O guarda chegou e logo a desordem surgiu, como consequência fatal. Para justificar o mal-emprego do dinheiro que lhe deu, deu o guarda voz de prisão a rapariga. E possível que esta repontasse, com a indignação de quem se sente inocente e se vê atingido por uma penalidade injusta. A modos que o polícia não esperou por mais: alga do bengalo e descarrega o sobre a pobre Maria dos Prazeres — com tanta ou tam pouca delicadeza que lhe partiu um brago. Para a vítima o hospital, provavelmente a invalidez. Para o selvagem a impunidade, e naturalmente o elogio na ordem de serviço. Aparte as conjecturas que a experiência nos sugere, tudo o que acima se descreve vem no *Stulo* de ontem. E mais um documento que aqui arquivamos, para o relembrarmos quando vierem cantar as excelências dessa corporação selvática a quem está confiada a garantia da ordem.

A RUSSIA

quer reatar as relações comerciais com os Estados Unidos

MOSCÓVIA, 23. — O governo dos soviéticos solicitou aos Estados Unidos que entrasse em relações comerciais com a Rússia. No seu pedido dizia-se que o presidente Wilson manifestou já vontade contra os soviéticos e exprimia a esperança que o novo governo não seguiria no mesmo caminho. Concluiu dizendo que uma delegação especial se dirigia à América para reatar as negociações. — *Rádio*.

Uma nova descoberta

NEW-YORK, 23. — O dr. Harry Baringer diz que conseguiu isolar as vitaminas dos vegetais. Diz ele que os fenómenos de má nutrição são devidos à falta de vitaminas no alimento e que as vitaminas são a substância que mantém a vida dos vegetais. Isoladas poderiam ser agradavelmente ingeridas tendo um grande poder alimentar. — *Rádio*.

A CAMPANHA NATIVISTA

O patriotismo português...

manifesta-se prendendo os portugueses perseguidos pelos estrangeiros...

Chegaram anteontem do Brasil os operários portugueses Armindo da Assunção Ferreira, José Fernandes Figueiredo, José Chaves, Carlos Teixeira da Silva e José Martins Nunes.

São perseguidos pelos nativistas. Ninguém ignora a campanha formidável que no Brasil foi levada pelos nativistas patriotas contra os portugueses. Tem essa campanha atingido uma violência extraordinária. São os operários os maiores vítimas do ódio nativista, porque não tem dinheiro para se defender. A campanha contra os operários portugueses toma a forma de calúnia. Para se verem livres dos operários portugueses prendem-nos, perseguem-nos como boquevistas. Torturam-nos e deportam-nos para Portugal.

Os cinco operários que anteontem chegaram são algumas das vítimas da campanha nativista. Não são boquevistas, nem anarquistas, nem perseguidos nada dessas coisas; são apenas operários.

Pois as autoridades portuguesas, que constantemente berram patriotismo aos nossos ouvidos, tratam os perseguidos portugueses como inimigos. Em vez de os ajudar, de os acariar à sua chegada, metem-nos nos calabouços. Os cinco portugueses perseguidos encontram-se presos no governo civil, no calabouço n.º 7, precisamente ao pior.

Que nos dizem ao patriotismo dos nossos patriotas?

UM ARTIGO ELUCIDATIVO

O problema da Alta-Silésia

— e as —

suas consequências europeias

No dia 19 do corrente publicou Longuet, em Le Populaire o artigo que abaixo vai traduzido. Jean Longuet é, como se sabe, um velho militante socialista, que, depois da cisão estabelecida no Congresso de Tours, ficou com os minoritários, com Blum, com os que não aceitaram a adesão a Moscóvia. Alá, um homem esclarecido. O seu artigo sobre a Alta-Silésia, escrito num momento em que ainda se não conheciam os resultados do plebiscito, vem cheio de profundas concepções e de valiosas elucidações. A questão da Silésia tem uma importância maior do que a primeira vista pode julgar-se. É que se debate, nela um princípio essencial: o direito de cada povo dispor de si mesmo.

As atenções apaixonadas da Alemanha e de toda a Europa, estão actualmente voltadas para a Alta-Silésia, essa província industrial em que um plebiscito, várias vezes adiado, se efectuará no domingo, para fixar enfim o seu destino e decidir se a continuará alemã ou se tornará polaca.

Como é natural, a imprensa chamada de grande informação e, dum modo geral, toda a nossa imprensa burguesa, discute o problema com o *parti-pris* apaixonado e ignorante que costuma patentear todos os dias em face de questões desta ordem. Mesmo os jornais que se gabam de não obedecer cegamente às sugestões imbecis e criminosas do «nacionalismo integral», abordam e resolvem este problema com uma parcialidade revoltante.

E assim que há pouco liamos em *L'Ouvrier* um artigo do sr. Saglio onde se protesta com veemência contra a decisão finalmente tomada pelos negociadores de Versalhes — sob a influência de Lloyd George, felizmente aconselhado por Maynard Keynes — de submeter a questão ao plebiscito dos interessados. Num jornal em que o sr. Gustavo Téry se orgulha de defender os princípios wilsonianos — pelo menos aqueles que M. Wilson outrora personificava, — respeitantes ao direito dos povos a dispor deles próprios, temos este sofisma monstruoso: que sendo a maioria da população da Alta-Silésia de raça eslava, polaca o que havia a fazer era entregar esta região à Polónia, sem mesmo a consultar.

Temos de lembrar ao colega que com tamanha levandade aborda uma questão tam complexa, que foi em virtude do seu raciocínio que Bismarck, em 1871, alegando que a maioria da população loreno-alsaciana era de raça e de língua germânicas, se apoderou de províncias que queriam permanecer francesas.

Contudo, estas teorias *ad priori*, fundadas sobre considerações étnicas e suptificas, já têm soado desconhecidas de rotinas.

Um escritor americano muito distinto, o sr. Sydney Osborne, acaba de publicar em Londres (casa Georges Allen), sob o título *The Upper-Silesian question and Germany's coal problem* (a questão da Alta Silésia e o problema do carvão alemão), um estudo extremamente sólido, recheado de factos, de números e de documentos, onde se mostra a que ponto a opinião europeia está, uma vez mais, viciada pelos imperialistas das duas margens da Mancha.

Logo de começo o sr. Osborne lembra que a Alta-Silésia nunca pertenceu à Polónia no passado — salvo durante um curto espaço de tempo histórico, no século XIV. Desde o ano de 1336 sempre ela foi terra alemã, quer estivesse ligada à Austria ou à Prússia. Durante esses sete séculos foi-se progressivamente germanizando, como é natural.

E certo que uma minoria dos seus dois milhões de habitantes fala um dialecto polaco, o *wasserpolish* (literalmente: «polaco aquoso») mas isso não é uma verdadeira língua, possuindo uma literatura e representando uma cultura intelectual. Na Alta-Silésia, a língua da civilização é a alemã há muitos séculos.

Quando, no decorrer do século XIX, as diferentes partes da Polónia esfrangalhada pelos desmembramentos criminosos do fim do século XVIII, se sublevavam contra os seus opressores, nunca a Alta-Silésia tomava parte nessas insurreições. Se o zelo atacadado e brutal de alguns funcionários prussianos levou certos silenses a combater pelo direito de falarem o seu *wasserpolish*, nunca nenhum conflito sério se travou entre a Alta-Silésia e a Alemanha. Até 1903 não tinham eleito um único deputado polaco ao Reichstag. Quando, em Janeiro de 1919, nas eleições para a Assembleia Nacional da Alemanha, os imperialistas polacos lhes pregavam a abstenção — para manifestar o seu desejo de não serem alemães — 70 por cento votavam, apesar de tudo, pela Alemanha.

Mas as realidades económicas são bem mais essenciais no exame deste problema. A Alta-Silésia é uma região do globo maravilhosamente favorecida no respeitante a riquezas naturais. Os jazigos de carvão são de uma abundância prodigiosa. Num momento da história humana em que, segundo a forte expressão do sr. Osborne, «o carvão é o factor dinâmico da civilização materialista moderna», a Alta-Silésia, esse Lancashire alemão, viu desenvolver-se de uma maneira prodigiosa, nestes últimos quarenta anos, a sua produção hulleira.

Esta era de 2.000.000 de toneladas em 1890, de 10.000.000 de toneladas em 1900, de 43.000.000 em 1917; actualmente excede 40.000.000. Basta dizer que ela ocupa, imediatamente depois da produção do Ruhr, o segundo lugar na produção hulleira alemã. Ela representa, só por si, duas vezes e meia a produção da antiga Austria-Hungria completa, o dobro da Bélgica e da Rússia, e iguala a produção total da França. Se se acrescentar que a sua produção de zinco é a maior da Europa, que encontramos lá indústrias importantes, várias vezes adiado, se efectuará no domingo, para fixar enfim o seu destino e decidir se a continuará alemã ou se tornará polaca.

Como é natural, a imprensa chamada de grande informação e, dum modo geral, toda a nossa imprensa burguesa, discute o problema com o *parti-pris* apaixonado e ignorante que costuma patentear todos os dias em face de questões desta ordem. Mesmo os jornais que se gabam de não obedecer cegamente às sugestões imbecis e criminosas do «nacionalismo integral», abordam e resolvem este problema com uma parcialidade revoltante.

E assim que há pouco liamos em *L'Ouvrier* um artigo do sr. Saglio onde se protesta com veemência contra a decisão finalmente tomada pelos negociadores de Versalhes — sob a influência de Lloyd George, felizmente aconselhado por Maynard Keynes — de submeter a questão ao plebiscito dos interessados. Num jornal em que o sr. Gustavo Téry se orgulha de defender os princípios wilsonianos — pelo menos aqueles que M. Wilson outrora personificava, — respeitantes ao direito dos povos a dispor deles próprios, temos este sofisma monstruoso: que sendo a maioria da população da Alta-Silésia de raça eslava, polaca o que havia a fazer era entregar esta região à Polónia, sem mesmo a consultar.

Temos de lembrar ao colega que com tamanha levandade aborda uma questão tam complexa, que foi em virtude do seu raciocínio que Bismarck, em 1871, alegando que a maioria da população loreno-alsaciana era de raça e de língua germânicas, se apoderou de províncias que queriam permanecer francesas.

Contudo, estas teorias *ad priori*, fundadas sobre considerações étnicas e suptificas, já têm soado desconhecidas de rotinas.

Um escritor americano muito distinto, o sr. Sydney Osborne, acaba de publicar em Londres (casa Georges Allen), sob o título *The Upper-Silesian question and Germany's coal problem* (a questão da Alta Silésia e o problema do carvão alemão), um estudo extremamente sólido, recheado de factos, de números e de documentos, onde se mostra a que ponto a opinião europeia está, uma vez mais, viciada pelos imperialistas das duas margens da Mancha.

Logo de começo o sr. Osborne lembra que a Alta-Silésia nunca pertenceu à Polónia no passado — salvo durante um curto espaço de tempo histórico, no século XIV. Desde o ano de 1336 sempre ela foi terra alemã, quer estivesse ligada à Austria ou à Prússia. Durante esses sete séculos foi-se progressivamente germanizando, como é natural.

E certo que uma minoria dos seus dois milhões de habitantes fala um dialecto polaco, o *wasserpolish* (literalmente: «polaco aquoso») mas isso não é uma verdadeira língua, possuindo uma literatura e representando uma cultura intelectual. Na Alta-Silésia, a língua da civilização é a alemã há muitos séculos.

Quando, no decorrer do século XIX, as diferentes partes da Polónia esfrangalhada pelos desmembramentos criminosos do fim do século XVIII, se sublevavam contra os seus opressores, nunca a Alta-Silésia tomava parte nessas insurreições. Se o zelo atacadado e brutal de alguns funcionários prussianos levou certos silenses a combater pelo direito de falarem o seu *wasserpolish*, nunca nenhum conflito sério se travou entre a Alta-Silésia e a Alemanha. Até 1903 não tinham eleito um único deputado polaco ao Reichstag. Quando, em Janeiro de 1919, nas eleições para a Assembleia Nacional da Alemanha, os imperialistas polacos lhes pregavam a abstenção — para manifestar o seu desejo de não serem alemães — 70 por cento votavam, apesar de tudo, pela Alemanha.

Mas as realidades económicas são bem mais essenciais no exame deste problema. A Alta-Silésia é uma região do globo maravilhosamente favorecida no respeitante a riquezas naturais. Os jazigos de carvão são de uma abundância prodigiosa. Num momento da história humana em que, segundo a forte expressão do sr. Osborne, «o carvão é o factor dinâmico da civilização materialista moderna», a Alta-Silésia, esse Lancashire alemão, viu desenvolver-se de uma maneira prodigiosa, nestes últimos quarenta anos, a sua produção hulleira.

Esta era de 2.000.000 de toneladas em 1890, de 10.000.000 de toneladas em 1900, de 43.000.000 em 1917; actualmente excede 40.000.000. Basta dizer que ela ocupa, imediatamente depois da produção do Ruhr, o segundo lugar na produção hulleira alemã. Ela representa, só por si, duas vezes e meia a produção da antiga Austria-Hungria completa, o dobro da Bélgica e da Rússia, e iguala a produção total da França. Se se acrescentar que a sua produção de zinco é a maior da Europa, que encontramos lá indústrias importantes, várias vezes adiado, se efectuará no domingo, para fixar enfim o seu destino e decidir se a continuará alemã ou se tornará polaca.

A REBELIÃO DE CRONSTADT

A opinião de Trotzky

(DA AGENCIA «ROSTA WIEN»)

Trotsky fez, acerca dos acontecimentos de Cronstadt, as seguintes declarações:

«Os acontecimentos de Cronstadt, para se poderem compreender, devem ser postos em relação com a situação interior e exterior. Depois de mais de seis anos e meio de guerra, as dificuldades da nossa situação económica são universalmente conhecidas. Os nossos jornais publicam cifras que as explicam. Não julgamos necessário ocultar a verdade nem aos trabalhadores do nosso país, nem aos nossos amigos e inimigos de outros países. É natural que os partidos que por duas ou três vezes já tiveram ocasião de manifestar a sua impotência, queiram ressurgir, especulando com as actuais dificuldades da revolução. Refiro-me aos socialistas revolucionários e aos mencheviques. Estes partidos são incapazes de desempenhar os seus papéis. Não podem subir ao poder, não o podem manter, não têm nenhuma base social sólida. Eles pretendem apenas servir de cascabelo para fazer escorregar o proletariado, para depois a contra-revolução russa e estrangeira se lançar sobre a Rússia com todo o seu peso. Não se mostra ainda o mais sério inimigo do governo soviético a facção contra-revolucionária de antigos oficiais e agentes dos nossos inimigos imperialistas; deixa provisoriamente o terreno aos socialistas revolucionários e aos mencheviques.

«A esquadra do Báltico é a nossa guarda avançada no Ocidente. Durante estes últimos dois anos, o pessoal que a compõe modificou-se sensivelmente. Os melhores elementos dos marinheiros foram retirados e levados para outras esferas de trabalho. Foram substituídos por elementos novos; muitos destes, os letões e finlandeses consideram o seu serviço como uma ocupação temporária. Este estado e este pessoal instáveis criaram um terreno favorável à penetração de elementos altamente hostis. Os marinheiros formulavam certas exigências, não ultrapassando aquelas que foram acentuadas por certas facções de trabalhadores nos órgãos do governo soviético. Estas exigências transformaram-se em base de acção para os socialistas revolucionários e por detrás destes viram-se aparecer as figuras da «cassa contra-revolucionária dos oficiais. A grande massa da população de Cronstadt, se se pode chamar massa a uma tam pequena parcela, estava na expectativa, sem reparar no melindroso do conflito.

«Se um acontecimento idêntico se tivesse produzido no Caspio, no Volga ou mesmo em Moscóvia, teria sido o grito da Finlândia, de onde parte a grande estrada que conduz aos Estados imperialistas. Reval encheu-se imediatamente de oficiais brancos. Os chefes contra-revolucionários apressaram-se a pôr-se em comunicação com Cronstadt. Os dirigentes do movimento ficaram, eles próprios, aterrorizados e lamentavam-se, no seu jornal, da influência crescente dos oficiais contra-revolucionários. Mas é demasiado tarde. Não é a primeira vez que os socialistas revolucionários aparecem como simples agentes da «Entente».

«Não nos foi, portanto, possível, por mais tempo, conservar uma atitude passiva perante os acontecimentos. Era evidente que após o começo da próxima época de navegação, os contra-revolucionários levariam os nossos barcos e entregá-los-iam aos imperialistas, como fizeram há tempo no Mar Negro. Não duvido que a rebelião seja reprimida num curto prazo, embora os revoltosos estejam de posse de uma artilharia poderosa. Os nossos primeiros tiros feitos sobre Cronstadt mostraram a sua guarnição e a população que se tratava de uma luta armada contra o poder dos soviéticos. Isto bastou para levar a desmoralização à guarnição. Cronstadt virá a acolher-se sob a bandeira soviética e o imperialismo mundial terá uma nova desilusão.»

A GREVE

dos

Trabalhadores dos jornais

A rectidão das empresas...

Pela presidência do ministério foi enviada às gazetas diárias, excepto a *Batalha*, que é um folha subversiva, uma nota oficial acerca do conflito dos trabalhadores dos jornais. Pois essa nota apareceu apenas na *Imprensa de Lisboa*, de ontem, porque os órgãos dos industriais do jornalismo, que presentemente estão sendo manufaturados por tipógrafos do exército e da polícia, se abstiveram de inseri-la, procedimento que deve ter acabado de inteirar o sr. Bernardino Machado sobre a correção dos industriais do jornalismo.

Eis a nota:

«O sr. presidente do ministério recebeu ontem os representantes das empresas e dos trabalhadores dos jornais, aos quais propôs a constituição dum tribunal arbitral, com o compromisso de honra, para uma e outra parte, de acatarem o veredicto do mesmo tribunal.

«E no caso de se não resolver imediatamente o conflito por mutuo acordo, o chefe do governo declarou que consultará as entidades oficiais sobre se o Estado, para garantir a expressão da opinião pública, tem o direito de intervir, fornecendo aos trabalhadores as empresas jornalísticas.

A título de esclarecimento, acrescenta a *Imprensa de Lisboa*, que os trabalhadores a que se faz alusão são os tipógrafos militares, que continuam a receber os seus *prets* pagos pelo Estado e dezoito escudos diários, que auterem nos jornais.

A declaração dos grevistas gráficos

A acrescentar às dezenas de nomes, que anteontem publicamos, de camareiros gráficos que se encontram no presente momento tam firmes e de alma e coração como o movimento coo nos primeiros dias, temos 2 acrescentar mais os seguintes:

António Henriques do Espírito Santo, Artur Cruz, Alfredo Lopes, Albaldo Santos, Artur Fernandes, Alberto Arns, Alvaro Querido, Carlos Fernandes, Carlos Martins, Carlos Alves da Silva, Carlos Rodrigues da Cunha, Frederico Aguiar, Frederico Leonel, Francisco Silva, Guilherme Augusto da Silva Pereira, João Augusto Neves, João Pinto, José Rodrigues Pereira, José Norberto Nunes Rios, José Vitorino da Silva, José M. dos Anjos, José Augusto Lopes, José Silva, José Simões de Carvalho, Manços Simões, Marques Costa, Octávio Lúcio Fernandes da Piedade, Ventura Ferreira de Almeida, Veríssimo Ferreira, Virgílio Ferreira.

Em face desta expressiva manifestação de solidariedade patenteado pelos operários gráficos dos jornais onde foi declarada a greve, manifestação que anula terminantemente uma das recentes insidias ejaculadas pelos representantes dos industriais do jornalismo, resta aguardar nova *rasteira*, que certamente há de ser de efeitos tam infelizes como os anteriores.

Refinam hoje os grevistas

Na sala da Associação dos Caixeiros, instituição que tem sido dum gentilidade a toda a prova para com os camareiros dos trabalhadores dos jornais em greve, refinam hoje, pelas 15.30, os redactores, reporters, informadores, revisores, compositores, distribuidores e pessoal

